



# Câmara Municipal de Cambé

Estado do Paraná.

**PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO,  
ORÇAMENTO, FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, REDAÇÃO DE LEIS, APRECIÇÃO  
DE CONTAS DO MUNICÍPIO E VETO.**

**PROJETO DE LEI Nº 028/2014**

**EMENTA:** Autoriza o Poder Executivo a transferir Subvenção Social de forma adicional para a Santa Casa de Misericórdia de Cambé, mediante convênio firmado entre as partes.

**Autoria:** PODER EXECUTIVO

**Relatoria:** Paulo Soares Nora

**IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA:** Visa o presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo transferir subvenção social à Santa Casa de Misericórdia.

No tocante à iniciativa do presente projeto de lei não se vislumbra nenhuma irregularidade, pois o projeto é de autoria do Poder Executivo, o qual tem competência para elaborar projeto de lei que visa conceder subvenção social em favor de entidades sem fins lucrativos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu Capítulo VI "Da Destinação de Recursos Públicos para o Setor Privado", art. 26, dispõe:

Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se a toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto, no exercício de suas atribuições precípua, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.

§ 2º Compreende-se incluída a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital.

Excetua-se da permissão do artigo 26 apenas as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.



# Câmara Municipal de Cambé

*Estado do Paraná.*

Assim, a Lei, com a finalidade de prevenir abusos e desvio de destinação, estabeleceu alguns requisitos para a destinação de recursos a entidades privadas:

- I- A autorização de lei específica. Lei especial deve autorizar a criação de dotação específica para cada caso na Lei Orçamentaria Anual, em concordância, o disposto no art. 167, VIII, da Constituição Federal;
- II- O atendimento das condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- III- Inclusão da despesa pública no orçamento ou no crédito adicional, com fixação dos elementos de despesa, precedida de autorização legislativa específica referida na letra "a"; o exato valor da despesa deve ser fixado pelo Legislativo, sendo vedada a concessão ou a utilização de créditos ilimitados (art. 167, VII, da CF).

Ainda, devemos observar o conteúdo dos arts. 15 e 16, de mesmo diploma:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.



# Câmara Municipal de Cambé

*Estado do Paraná.*

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do *caput* constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Dessa forma, existem mais dois requisitos para que a presente lei possa seguir a diante: estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes; e, declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Diante dos dispositivos acima elencados pode-se concluir que é indispensável a aprovação de lei específica que autorize a contribuição e que a mesma deve ser precedida de previsão de geração da despesa nos instrumentos de planejamento do Ente. Com este procedimento, atende-se ao princípio da legalidade e a sanção e publicação das leis atendem ao princípio da publicidade.

O projeto de lei enquanto à sua ordem técnica está em consonância com a Lei Complementar nº 95/98.

Todavia, há a ausência de dois requisitos para o prosseguimento do projeto de lei, sendo eles: estudo de impacto orçamentário e financeiro e o convênio com a Santa Casa de Misericórdia.

Sem a juntada de referidos documentos para análise dos vereadores, impossível o prosseguimento do projeto de lei, porém, com sua juntada o processo poderá ser encaminhado para votação.

**CONCLUSÃO DO RELATOR:** No aspecto que cabe a este relator analisar, afirma-se o entendimento de que o presente projeto é constitucional, porém, só estará apto a ser levado à discussão e votação em plenário, após a juntada dos documentos acima mencionados.



# Câmara Municipal de Cambé

*Estado do Paraná.*

**DECISÃO DA COMISSÃO:** Submetido o Parecer do Relator à deliberação da Comissão, em reunião nesta data, foi aprovada a conclusão do Relator, sendo o parecer **FAVORÁVEL**, em razão do entendimento de constitucionalidade do presente projeto, porém, só estará apto a ser levado à discussão e votação em plenário, após a juntada dos documentos acima mencionados.

Cambé, 15 de setembro de 2014.

  
Presidente: Luis Antonio Felix Junior

  
Relator: Paulo Soares Nora

  
Revisor: José Teodoro de Souza